

ESPAÇOS PÚBLICOS: DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE URBANA EM PORTO VELHO

Autores: Luciana Chrystina Ramalhão, Thayany Facundo Costa.

Resumo: Introdução: A circulação de pessoas na cidade com autonomia e segurança é um direito fundamental, que devem ser observadas para o exercício de um direito universal, resultante de conquistas sociais e cidadania. Lopes et al. (2007, p.2) apontam que: “O ambiente é de extrema importância no dia a dia de todos e a responsabilidade de ter uma relação de bem-estar com as pessoas que o utilizam. As calçadas são espaços públicos por onde pulsa a vida de uma cidade. Atendem a todos, sem qualquer distinção, democraticamente, dando suporte a grande parte dos deslocamentos diários, e que impacta diretamente no direito coletivo, influenciando na qualidade de vida, na segurança, na cultura, nos negócios, na identidade dos lugares. Para que estes ambientes sejam acessíveis é imprescindível identificar as dificuldades que as pessoas encontram ao se deslocarem pela cidade, sejam elas com deficiência, mobilidade reduzida ou não. A relevância deste trabalho se dá, pois, a qualidade das calçadas é um assunto secundário no planejamento das cidades brasileiras, indicativo de valor dado aos espaços públicos no país. A cidade de Porto Velho, desde 2011, com a publicação da Lei nº 1.954/2011 vem tentando promover uma padronização das calçadas, entretendo, passados quase 8 anos, os efeitos da aplicação da lei na cidade são mínimos. Desta forma, objetivou-se analisar as condições de acessibilidade das calçadas de Porto Velho, identificando quais os principais obstáculos na circulação das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou não. Material e métodos: A pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa do urbano, procurando a compreensão do objeto de estudo, neste caso, as condições de acessibilidade das calçadas de Porto Velho. Em suas instâncias dos espaços sociais e físicos, configura-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. O método utilizado para coleta de dados foi a observação e a investigação em campo, bem como a aplicação de formulários para análise da qualidade de caminhabilidade das calçadas que envolviam aspectos sobre dimensionamento, segurança, superfície, drenagem, sinalização, atração e conexão. Resultados e discussão: Um dos maiores problemas a ser ressaltado é a ausência das calçadas. Em regiões em processo de regularização fundiária, muitas vias possuem meio fio, mas não possuem calçadas construídas, ou, em outros casos, a via sequer apresenta leito carroçável delimitado por meio fio. Outro problema é a largura da calçada estreita, devido a necessidade de manter o mesmo número de faixas ao longo de toda a via. Ausência de arborização, pavimento danificado, desníveis e degraus para acesso dos veículos ao lote, rampas muito inclinadas ou fora da norma NBR9050 foram os problemas mais recorrentes (Figura 01). Por fim, foram identificados a ocupação irregular da calçada por ambulantes, mercadorias e mobiliários particulares, além de veículos estacionados sobre as calçadas. Conclusão: Há uma demanda latente por novas abordagens na gestão urbana das cidades brasileiras, uma vez que a mobilidade está em pauta como prioridade no mundo todo. Há estudos que as pessoas têm andado a pé cada vez menos, fruto da expansão urbana e da má qualidade das calçadas, além de que cidades com espaços urbanos menos atrativos, monofuncionais, de baixa densidade e carro-dependentes têm perdido o seu mais valioso capital: o humano. As calçadas não precisam

necessariamente de um dono. São bens de uso comum e seu cuidado deve ser compartilhado entre todos. Agradecimento: Ao Centro Universitário São Lucas que apoia o desenvolvimento desta pesquisa através da bolsa de pesquisa promovida pelo edital PAP nº. 03/2018.